

A RBSE faz uma homenagem ao grande historiador Eric Hobsbawn, e brinda o leitor com a tradução do seu discurso de encerramento ao *Colóquio sobre Historiografia Marxista*, promovido pela Academia Britânica, em novembro de 2004. Neste discurso, Hobsbawn passa em revista as grandes linhas teórico-metodológicas da historiografia contemporânea, com especificidade para a marxista, e discute os grandes desafios para o entendimento da sociedade e do humano na história. Independentemente de se concordar ou não com as suas posições, erige um belo libelo à renovação da história, como desafio da razão. (Nota do Editor, MGPK).

O desafio da razão:

Manifesto para a renovação da história

Eric Hobsbawn

"Até agora os filósofos não fizeram mais do que interpretar o mundo; se trata agora de mudá-lo."

Os dois enunciados das célebres *Teses sobre Feuerbach* de Karl Marx inspiraram os historiadores marxistas. A maioria dos intelectuais que aderiram ao marxismo a partir da década de 1880 – entre eles os historiadores

marxistas – o fizeram porque queiram mudar o mundo, junto com os movimentos operários e socialistas; movimentos que se converteram, em grande parte, sob a influência do marxismo, em forças políticas de massas. Essa cooperação orientou naturalmente os historiadores que queriam mudar o mundo para certos campos de estudos – fundamentalmente, a história dos povos ou da população operária – campos de estudos estes que, se bem atraíam os intelectuais de esquerda, não tinham originalmente nenhuma relação particular com uma interpretação marxista. De modo inverso, quando estes intelectuais, a partir da década de 1890, deixaram de ser revolucionários sociais, também, deixaram de ser marxistas.

A revolução soviética de outubro de 1917 reavivou esse compromisso.

Recordemos que os principais partidos socialdemocratas da Europa continental abandonaram inteiramente o marxismo apenas na década de 1950 e, às vezes, um pouco mais tarde. Esta revolução propagou inclusive o que poderíamos chamar de uma historiografia marxista obrigatória na URSS e nos Estados que adotaram logo regimes comunistas. A motivação militante se viu reforçada durante o período do antifascismo.

A partir da década de 1950 se debilitou nos países desenvolvidos – porém não no Terceiro

Mundo – embora o considerável desenvolvimento do ensino universitário e a agitação estudantil tenham gerado na década de 1960, dentro da universidade, um novo e importante contingente de pessoas decididas a mudar o mundo. Contudo, apesar de desejarem uma mudança radical, muitas delas já não eram abertamente marxistas, e algumas já não eram completamente.

Essa renovação culminou uma década de 1970, pouco antes do início de uma reação maciça contra o marxismo, mais uma vez por razões essencialmente políticas. Essa reação teve como efeito principal – salvo para os liberais que ainda crêem nele – a aniquilação da idéia sobre a qual é possível predizer, apoiando-se na análise histórica, o êxito de uma forma particular de organizar a sociedade humana. A história se dissociou da teleologia.

Levando em conta as incertas perspectivas que se apresentam aos movimentos socialdemocratas e social-revolucionários, não é provável que assistamos a uma nova onda de adesão politicamente motivada ao marxismo.

Porém, evitemos cair em um centrismo ocidental excessivo. A julgar pela demanda de que são objeto os meus próprios livros de história, evidencio que se desenvolve na Coréia do Sul e em Taiwan, desde a década de 1980, na Turquia, desde a década de 1990, e existem

sinais de que avança, atualmente, no mundo árabe.

A virada social

O que ocorreu com a dimensão interpretação do mundo do marxismo? A história é um pouco diferente, embora paralela. Concerne ao crescimento do que se pode chamar de a reação anti-Ranke, da qual o marxismo constituiu um elemento importante, mesmo que nem sempre o reconheceu prontamente. Este processo retratou um duplo movimento.

Por um lado, esse movimento questionava a idéia positivista segundo a qual a estrutura objetiva da realidade era, por assim dizer, evidente: bastava aplicar a metodologia da ciência, explicar porque as coisas ocorreram de tal ou qual maneira, e descobrir *wie es eigentlich gewesen*¹. Para todos os historiadores, a historiografia se manteve e se mantém enraizada em uma realidade objetiva, isto é, a realidade do que ocorreu no passado; contudo, não parte de fatos, porém, de problemas, e exige que se investiguem para compreender o como e o porquê estes problemas, - paradigmas e conceitos, - são formulados da maneira em que o são em tradições históricas e nos diferentes meios socioculturais.

¹ Como se sucedeu, na realidade.

Por outro lado, esse movimento intentava aproximar as ciências sociais da história e, em consequência, englobá-la em uma disciplina geral, capaz de explicar as transformações da sociedade humana. De acordo com a expressão de Lawrence Stone, o objeto da história deveria ser o de *“levantar as grandes questões do por que”*. Essa virada social não veio da historiografia, mas, das ciências sociais, algumas delas um tanto quanto incipientes, - que se afirmavam, então, como disciplinas evolucionistas, quer dizer, históricas.

Até à medida que se possa considerar Marx como um dos pais da sociologia do conhecimento, o marxismo, apesar de ter sido denunciado erroneamente em nome de um hipotético objetivismo cego, contribuiu com o primeiro aspecto deste movimento. Da mesma forma, o impacto mais conhecido das idéias marxistas, a importância outorgada aos fatores econômicos e sociais, - não era especificamente marxista, embora a análise marxista tenha pesado bastante nessa orientação. Esta se inscrevia no movimento historiográfico geral, visível a partir da década de 1890, e que culminou nas décadas de 1950 e 1960, em benefício da geração de historiadores a que pertencem, e que teve possibilidade de transformar a disciplina.

Essa corrente socioeconômica superava o marxismo. A criação de revistas e de instituições

de história econômico-social foi, às vezes, obra, - como na Alemanha, - de socialdemocratas marxistas, como aconteceu com a revista *Vierteljahrschrift*, em 1893. Não ocorreu assim na Grã-Bretanha, nem na França, nem nos Estados Unidos. E, mesmo na Alemanha, a escola de economia marcadamente história não possuía nada de marxismo. Apenas no Terceiro Mundo do século XIX, isto é, a Rússia e os Bálcãs, e no do século XX, a história econômica adotou uma orientação, sobretudo, social-revolucionária, como todo o conjunto das ciências sociais. Como consequência, se viram muito atraídas por Marx. Em todos os casos, o interesse histórico dos historiadores marxistas não se centrou tanto na base, isto é, na infraestrutura econômica, como nas relações entre a base e a superestrutura. Os historiadores explicitamente marxistas sempre foram relativamente pouco numerosos.

Marx exerceu influência na história, principalmente, através dos historiadores e dos pesquisadores das ciências sociais, que retomaram as questões que ele levantava, tendo brotado ou não outras respostas. Por seu turno, a historiografia marxista avançou muito em relação ao que era na época de Karl Kautsky e de Georgi Plekhanov, em boa medida graças a sua fertilização por outras disciplinas, fundamentalmente a antropologia social, e por pensadores influenciados por Marx e que

complementavam o seu pensamento através de Max Weber.

Sublinhou-se o caráter geral dessa corrente historiográfica, não por vontade de subestimar às divergências que ela contém, ou que existiam no seio dos seus componentes. Os modernizadores da história se colocaram as mesmas questões e se consideraram comprometidos com os mesmos combates intelectuais, ou se inspiraram na geografia humana, na sociologia durkheimiana e nas estatísticas, como na França, através da escola dos *Annales* e Labrousse, ou uma sociologia weberiana, como a *Historische Sozialwissenschaft* na Alemanha federal, ou, ainda, no marxismo dos historiadores do Partido Comunista, que foram os vetores da modernização da história na Grã Bretanha, ou que, ao menos, fundaram a sua principal revista.

Uns e outros se consideravam aliados contra o conservadorismo na história, mesmo quando suas posições políticas ou ideológicas eram antagônicas, como Michael Postan y seus alunos marxistas britânicos. Essa coalizão progressista encontrou uma expressão exemplar na revista *Past & Present*, fundada em 1952, e muito respeitada no círculo dos historiadores. O êxito dessa publicação se deveu a que os jovens marxistas que a fundaram se opuseram deliberadamente a exclusividade ideológica, e que os jovens modernizadores provenientes de

outros horizontes ideológicos estavam dispostos a unirem-se a eles, pois sabiam que as diferenças ideológicas e políticas não eram um obstáculo para se trabalhar juntos. Essa frente progressista avançou de modo espetacular entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, no que Lawrence Stone chama de "*o amplo conjunto de transformações na natureza do discurso histórico*". Isso se deu até a crise de 1985, quando se produziu a transição dos estudos quantitativos para os estudos qualitativos, da macro-história à micro-história, das análises estruturais às narrativas, do social aos temas culturais. Desde então, a coalizão modernizadora está na defensiva, do mesmo modo que seus componentes não marxistas, como a história econômica e social.

Na década de 1970, a corrente dominante na história havia sofrido uma transformação tão grande, em particular, sob a influência das grandes questões colocadas à maneira de Marx, que escrevi essas linhas: "*Com frequência é impossível afirmar se um livro foi escrito por um marxista ou por um não marxista, a menos que o autor anuncie a sua posição ideológica. Espero com impaciência o dia em que não se precise perguntar se ou autores são ou não marxistas*". Porém, como também já indicava, estamos muito longe de semelhante utopia.

Desde então, ao contrario, foi necessário sublinhar com uma maior energia o que o

marxismo pode contribuir para a historiografia. Coisa que não ocorria há muito tempo. Ao mesmo tempo, porque é preciso defender a história contra quem nega a sua capacidade de ajuda para compreender o mundo, e porque novos desenvolvimentos científicos transformaram completamente a agenda historiográfica.

No plano metodológico, o fenômeno negativo mais importante foi à edificação de uma série de barreiras entre o que ocorreu ou o que ocorre na história, e a nossa capacidade para observar esses fatos e entendê-los. Esses bloqueios obedecem à negativa em admitir que exista uma realidade objetiva, e não construída pelo observador com fins diversos e mutantes, ou ao fato de sustentar que somos incapazes de superar os limites da linguagem, isto é, dos conceitos, que são o único meio que temos para poder falar do mundo, incluindo o passado.

Essa visão elimina a questão de saber se existem no passado traçados e regularidades pelos quais o historiador pode formular propostas significativas. Não obstante, existem também razões menos teóricas que levam a essa negativa: se argumenta que o curso do passado é demasiado contingente, isto é, que é necessário se excluírem as generalizações, pois, praticamente, qualquer coisa pode ou poderia ocorrer ou ter ocorrido. De maneira implícita, esses argumentos aparecem em todas as

ciências. Passemos por alto os intentos mais fúteis de voltar às velhas concepções: atribuir o curso da história aos altos responsáveis políticos ou militares, ou à onipotência das idéias ou dos valores; reduzir a erudição histórica à bisca, - importante, mas insuficiente em si, - de uma empatia com o passado.

O grande perigo político imediato que ameaça à historiografia atual é o *antiuniversalismo*: "*minha verdade é tão válida como a tua, independentemente dos fatos*". Esse *antiuniversalismo* seduz naturalmente à história dos grupos identitários em suas diferentes formas, para a qual, o objeto essencial da história não é o que ocorreu, porém o que afeta aquilo que ocorreu aos membros de um grupo particular. De uma maneira geral, o que conta para esse tipo de história não é a explicação racional, senão a significação; não o que ocorreu, contudo, como experimentam o ocorrido os membros de uma coletividade que se define por oposição às demais, em termos de religião, de etnia, de nação, de sexo, de modos de vida, ou de outras características.

O relativismo exerce atração sobre a história dos grupos identitários

Por diferentes razões, a invenção maciça de contraverdades históricas e de mitos, e outras tantas tergiversações ditadas pela emoção, alcançou uma verdadeira época de ouro nos últimos trinta anos. Alguns desses mitos

representam um perigo público, como, por exemplo, nos países como a Índia, durante o governo hinduísta; nos Estados Unidos e na Itália de Silvio Berlusconi; para não mencionar muitos outros novos nacionalismos, acompanhados ou não de um acesso de integrismo religioso.

De todo o modo, se por um lado esse fenômeno deu lugar a muito palavreado e bobagens nas margens mais distantes da história de grupos particulares: nacionalistas, feministas, homossexuais, negros e outros; por outro lado, gerou desenvolvimentos históricos inéditos e sumamente interessantes no campo dos estudos culturais, como o *“boom da memória nos estudos históricos contemporâneos”*, como o denominou Jay Winter. *Os Lugares da Memória*², obra coordenada por Pierre Nora, é um bom exemplo.

Reconstruir a frente da razão

Ante todos esses desvios, é tempo de restabelecer a coalizão de quem deseja ver na história uma investigação racional sobre o curso das transformações humanas, contra aqueles que a deformam sistematicamente com fins políticos, e, nesse sentido, de maneira mais geral, contra os relativistas e os pósmodernistas que se negam a

² Nora, Pierre (Dir.) *Les Lieux de mémoire*, Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), Paris, 3 tomos : t. 1 La République (1 vol., 1984), t. 2 La Nation (3 vol., 1987), t. 3 Les France (3 vol., 1992)

admitir que a história ofereça essa possibilidade. Dado que entre estes relativistas e pósmodernos existem os que se consideram de esquerda, se podiam produzir inesperadas divergências políticas capazes de dividir os historiadores. Portanto, o ponto de vista marxista resulta em um elemento necessário para a reconstrução da frente da razão, como o foi nas décadas de 1950 e 1960. De fato, a contribuição marxista provavelmente seja ainda mais pertinente agora, dado que os outros antigos componentes da coalizão renunciaram: como a escola dos *Annales* de Fernand Braudel, e a antropologia social estrutural-funcionalista, cuja influência entre os historiadores foi tão importante. Esta disciplina se viu, particularmente, perturbada pela avalanche em direção à subjetividade pósmoderna.

Entretanto, embora os pósmodernistas neguem a possibilidade de uma compreensão histórica, os avanços das ciências naturais devolvem à história evolucionista da humanidade toda a sua atualidade, sem que os historiadores tenham ainda dado conta inteiramente. E isto de duas maneiras. Em primeiro lugar, a análise do DNA estabeleceu uma cronologia mais sólida do desenvolvimento desde o aparecimento do *homo sapiens* enquanto espécie. Em particular, a cronologia da expansão dessa espécie originária da África para o resto do mundo, e dos desenvolvimentos posteriores,

antes do aparecimento das fontes escritas. Ao mesmo tempo, colocou de forma manifesta a brevidade da história humana, de acordo com os critérios geológicos e paleontológicos, e eliminou a solução reducionista da sóciobiologia darwiniana.

As transformações da vida humana, coletiva e individual, durante os últimos dez mil anos, e particularmente, durante as dez últimas gerações, são demasiado consideráveis para serem explicadas por um mecanismo de evolução inteiramente darwiniano, pelos genes. Essas transformações correspondem a uma aceleração na transmissão das características adquiridas, por mecanismos culturais e não genéticos; se podia dizer que se trata de uma revanche de Lamarck contra Darwin, através da história humana. Mas não serve muito disfarçar o fenômeno sob metáforas biológicas, se falando de *menes*³ em lugar de *genes*. O patrimônio cultural e o biológico não funcionam da mesma maneira.

Em síntese, a revolução do DNA requer um método particular, histórico, de estudo da evolução da espécie humana. Além do que, dito de passagem, brinda um marco racional para a

³ *Menes* seria, essencialmente, o equivalente cultural dos *genes*: a informação passada através da imitação no interior de uma cultura específica, ao contrário da instrução genética, biologicamente herdada.

elaboração de uma história do mundo. Uma história que considere o planeta em toda a sua complexidade como unidade dos estudos históricos, e não de um entorno particular ou de uma região determinada. Em outras palavras, a história é a continuação da evolução biológica do *homo sapiens* por outros meios.

Em segundo lugar, a nova biologia evolucionista elimina a estrita diferenciação entre história e ciências naturais: já eliminada, em largos termos, pela historização sistemática destas ciências nas últimas décadas. Luigi Luca Cavalli-Sforza, um dos pioneiros da pluridisciplinidade da revolução do DNA, fala do *“prazer intelectual de encontrar tantas similitudes entre campos de estudos tão diferentes, alguns dos quais pertencem tradicionalmente aos pólos opostos da cultura: a ciência e as humanidades”*. Em síntese, esta nova biologia nos libera do falso debate sobre o problema de saber se a história é uma ciência ou não.

Em terceiro lugar, nos remete, inevitavelmente, à visão de base da evolução humana adotada pelos arqueólogos e pelos pré-historiadores, que consiste em estudar os modos de interação entre nossa espécie e seu meio ambiente, e o crescente controle que ela exerce sobre o mesmo. O qual equivale, essencialmente, a levantar as perguntas que Marx já fazia. Os modos de produção, ou que nomes queiram lhe dar, baseados nas grandes inovações da

tecnologia produtiva, das comunicações e da organização social, e, também, do poder militar, são o núcleo da evolução humana. Essas inovações, e Marx foi consciente disso, não ocorreram e não ocorrem por si mesmas. As forças materiais e culturais e as relações de produção são inseparáveis; são as atividades de homens e mulheres que construíram a sua própria história, porém, não no vazio, não de fora da vida material, nem, tão pouco, de fora do seu passado histórico.

Do neolítico à era nuclear

Em consequência, as novas perspectivas para a história também deve nos levar a essa meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja, cabalmente, possível de ser realizada: a história total. Não a história de tudo, porém a história como uma teia indivisível, de onde se interconectam todas as atividades humanas. Os marxistas não são os únicos que propuseram este objetivo: Fernand Braudel também o fez. Porém, os marxistas foram quem o perseguiu com mais tenacidade, como dizia um deles: Pierre Vilar.

Entre as questões importantes que suscitam estas novas perspectivas, a que nos leva a evolução histórica do homem resulta essencial. Trata-se do conflito entre as forças responsáveis da transformação do *homo sapiens* desde a humanidade do neolítico até a humanidade da

era nuclear, por um lado, e por outro, as forças que mantêm imutáveis a reprodução e a estabilidade das coletividades humanas, ou de outros meios sociais, e que durante a maior parte da história as tem contrabalançado de modo eficaz.

Esta questão teórica é central. O equilíbrio de forças se inclina de maneira decisiva em uma direção. E esse equilíbrio, que talvez supere a capacidade de compreensão dos seres humanos, supera decerto a capacidade de controle das instituições sociais e políticas humanas. Os historiadores marxistas, que não entenderam as consequências involuntárias e não desejadas dos projetos coletivos humanos do século XX, quem sabe, possam desta vez, enriquecidos por sua experiência prática, ajudar a compreender como chegamos à situação atual.

Tradução: *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*